

IBATÉ - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ - SÃO
PAULO - SP

Diretor de Escola

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 EDITAL 01

CÓD: SL-104JN-26
7908433290292

Língua Portuguesa

| | |
|---|----|
| 1. Leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros, com análise das relações entre ideias, inferências e efeitos de sentido | 7 |
| 2. Coesão e coerência textual | 10 |
| 3. Tipologia e gêneros textuais, considerando finalidade e contexto de uso | 11 |
| 4. Ortografia oficial | 12 |
| 5. Acentuação gráfica..... | 14 |
| 6. Classes gramaticais em funcionamento no texto..... | 16 |
| 7. Sintaxe da oração e do período | 25 |
| 8. Concordância verbal e nominal | 29 |
| 9. Regência verbal e nominal..... | 31 |
| 10. Uso da crase..... | 34 |
| 11. Pontuação e seus efeitos de sentido..... | 35 |
| 12. Norma-padrão | 37 |
| 13. Variação linguística | 37 |

Matemática

| | |
|--|----|
| 1. Operações com números reais | 47 |
| 2. Expressões numéricas e algébricas..... | 49 |
| 3. Equações do 1º e do 2º graus | 53 |
| 4. Sistemas lineares simples | 55 |
| 5. Noções de funções e interpretação de gráficos | 57 |
| 6. Porcentagem..... | 63 |
| 7. Razão e proporção | 65 |
| 8. Regra de três simples e composta | 66 |
| 9. Aplicações de juros simples e compostos..... | 67 |
| 10. Progressões aritmética e geométrica..... | 70 |
| 11. Geometria plana e espacial, com cálculo de perímetro, área e volume..... | 72 |
| 12. Resolução de problemas do cotidiano | 78 |

Legislação

| | |
|--|-----|
| 1. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)..... | 87 |
| 2. Constituição Federal de 1988 – Artigos 5º, 6º, 205 a 214..... | 106 |
| 3. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 ao 69; 245)..... | 115 |
| 4. Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)..... | 117 |
| 5. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 | 119 |
| 6. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) | 138 |
| 7. Resolução CNE/CP nº 01/2004 | 152 |

| | |
|--|-----|
| 8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana | 154 |
| 9. Resolução nº 02/2025; Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática | 154 |

Conhecimentos Específicos

Diretor de Escola

| | |
|---|-----|
| 1. FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004 | 163 |
| 2. LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007. | 163 |
| 3. LÜCK, Heloisa. Liderança em gestão escolar. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Série cadernos de Gestão; 4) | 163 |
| 4. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986 | 165 |
| 5. SOUSA, Sandra Zákia; LOPES, Valéria Virgínia. Avaliação educacional: da aprendizagem, institucional, em larga escala. 1. ed. São Paulo: Editora Pinsky, 2024 | 168 |

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS, COM ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE IDEIAS, INFERÊNCIAS E EFEITOS DE SENTIDO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

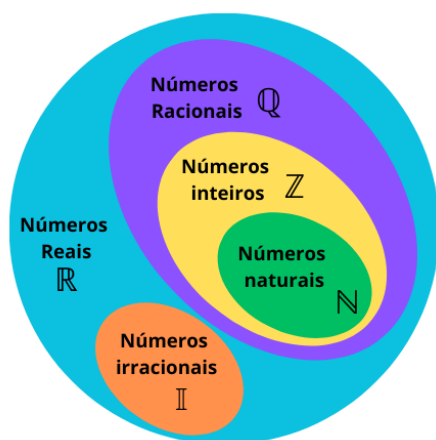
MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS (\mathbb{R})

O conjunto dos números reais, representado por \mathbb{R} , é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

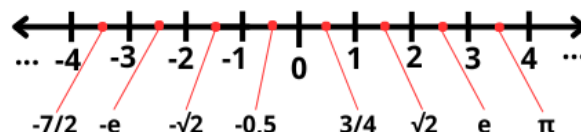
- $\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} | x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.
- $\mathbb{R}^+ = \{x \in \mathbb{R} | x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.
- $\mathbb{R}^{*+} = \{x \in \mathbb{R} | x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.
- $\mathbb{R}^- = \{x \in \mathbb{R} | x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.
- $\mathbb{R}^{*-} = \{x \in \mathbb{R} | x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

► Representação na reta

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \Leftrightarrow b - a \geq 0$$



► Operações com Números Relativos

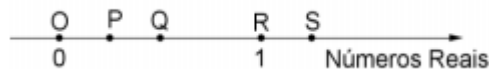
Adição e Subtração

- Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.
- Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

Multiplicação e Divisão

- Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.
- Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplo 1: Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



- (A) P.
(B) Q.
(C) R.
(D) S.

Resolução:

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3-2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

Resposta: A.

Exemplo 2: Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

I- $(20 - m)$ é um número menor que 20.

II- $(20 m)$ é um número maior que 20.

III- $(20 m)$ é um número menor que 20.

É correto afirmar que:

A) I, II e III são verdadeiras.

B) apenas I e II são verdadeiras.

C) I, II e III são falsas.

D) apenas II e III são falsas.

Resolução:

I. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

II. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

III. Falso, pois m é Real e pode ser positivo.

Resposta: C.

► Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

▪ **Bolinha aberta:** representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos: $>$; $<$ ou $]$; $[$

▪ **Bolinha fechada:** representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos: \geq ; \leq ou $]$; $]$

Podemos utilizar $()$ no lugar dos $]$ para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

▪ $[a, b[= (a, b);$

▪ $]a, b] = (a, b);$

▪ $]a, b[= (a, b).$

| Representação na reta real | Sentença matemática | Notações simbólicas | |
|---------------------------------------|---|---------------------|----------|
| Intervalo aberto: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$ | $]a, b[$ | (a, b) |
| Intervalo fechado: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$ | $[a, b]$ | $[a, b]$ |
| Intervalo semi-aberto à direita: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$ | $[a, b[$ | $[a, b)$ |
| Intervalo semi-aberto à esquerda: | $\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$ | $]a, b]$ | $(a, b]$ |

▪ Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

▪ O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.

▪ O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

LEGISLAÇÃO

LEI Nº 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de

ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. GESTÃO DA EDUCAÇÃO: IMPASSES, PERSPECTIVAS E COMPROMISSOS. 4. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2004

O livro “Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos”, organizado por Naurasyria Carapeto Ferreira e Márcia Ângela da S. Aguiar, aborda questões relacionadas à gestão educacional. Publicado em sua terceira edição pela editora Cortez em 2002, a obra apresenta reflexões e análises sobre os desafios, as perspectivas e os compromissos envolvidos na gestão da educação.

Os organizadores reúnem contribuições de diversos autores, abrangendo diferentes temáticas relacionadas à gestão educacional. O livro busca discutir a complexidade desse campo, considerando aspectos teóricos, práticos e políticos presentes na gestão da educação.

Entre os temas abordados no livro, destacam-se questões relacionadas ao planejamento educacional, à gestão escolar, à formação de gestores, às políticas educacionais e ao financiamento da educação. Os autores analisam o contexto em que ocorre a gestão da educação, destacando os desafios impostos por questões sociais, econômicas e políticas.

A obra também traz reflexões sobre a participação da comunidade escolar na gestão educacional e sobre a importância do diálogo e da construção coletiva nas decisões relacionadas à educação. Os autores discutem as possibilidades de construção de uma gestão democrática, que valorize a participação de pais, estudantes, professores e demais atores envolvidos no processo educativo.

Além disso, o livro aborda a necessidade de uma gestão eficiente, que promova a qualidade da educação e o desenvolvimento integral dos estudantes. São apresentadas reflexões sobre a importância de uma gestão pautada por princípios éticos, pelo respeito aos direitos humanos e pela valorização dos profissionais da educação.

“Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos” proporciona uma visão abrangente e crítica sobre a gestão educacional, considerando sua complexidade e desafios. A obra oferece subsídios teóricos e práticos para gestores, educadores e pesquisadores interessados em compreender e atuar de maneira efetiva na gestão da educação, visando à melhoria da qualidade educacional e ao desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e equitativa.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO DA ESCOLA: TEORIA E PRÁTICA. GOIÂNIA: ALTERNATIVA, 2007.

O livro “Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática”, de José Carlos Libâneo, apresenta uma visão ampla e atualizada sobre os principais aspectos relacionados à organização e gestão de instituições educacionais. Com uma abordagem teórica consistente e uma linguagem acessível, a obra é indicada tanto para estudantes e profissionais da área de educação, quanto para gestores de escolas públicas e privadas.

O autor destaca a importância da gestão democrática e participativa, enfatizando que a escola deve ser um espaço de diálogo e colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo. Para isso, Libâneo apresenta uma série de estratégias e práticas que visam fortalecer a relação entre escola, família e comunidade.

Além disso, o livro aborda temas como a estrutura organizacional da escola, as funções do diretor e dos demais gestores, a elaboração de projetos pedagógicos e planos de ensino, a gestão de recursos materiais e financeiros, entre outros assuntos relevantes para a efetivação de uma gestão eficiente e eficaz.

Com uma abordagem crítica e reflexiva, o autor também discute os desafios enfrentados pelas escolas brasileiras atualmente, tais como a falta de investimento em educação, a desvalorização dos profissionais da área e as desigualdades sociais que se refletem no sistema educacional. Nesse sentido, Libâneo defende que uma gestão comprometida com a qualidade do ensino deve buscar soluções criativas e inovadoras para superar essas dificuldades e promover uma educação inclusiva e transformadora.

LÜCK, HELOISA. LIDERANÇA EM GESTÃO ESCOLAR. 7. ED. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2011. (SÉRIE CADERNOS DE GESTÃO; 4)

FUNDAMENTOS E SENTIDOS DA LIDERANÇA NA ESCOLA PÚBLICA

Na obra Liderança em Gestão Escolar, Heloísa Lück propõe uma releitura ampla e profundamente humanizada da liderança no contexto da escola pública, concebendo-a como uma prática essencialmente relacional, orientada por valores éticos e comprometida com o desenvolvimento institucional e com a aprendizagem dos estudantes. Para a autora, liderança não é um

atributo individual ou uma posição de poder hierárquico, mas um processo construído na interação com os outros, em que a autoridade é legitimada não apenas pela função formal, mas pela capacidade de inspirar, mobilizar, escutar e atuar com intencionalidade pedagógica e visão de futuro. É, portanto, um exercício de mediação permanente, que se dá nas relações, nos projetos, nas decisões e na construção cotidiana de sentido coletivo para a escola.

Lück parte do entendimento de que toda escola possui um projeto educativo e, nesse sentido, exige uma liderança que articule pessoas e processos em torno desse projeto. A liderança, quando bem exercida, é a força que impulsiona a organização escolar para a realização de sua missão social. A autora afirma que liderar, no ambiente educacional, é criar condições para que todos os envolvidos — professores, estudantes, famílias, funcionários — possam exercer seu protagonismo, desenvolver suas potencialidades e participar ativamente da vida da escola. Liderar, portanto, é um ato político-pedagógico, que exige do gestor não apenas competências técnicas, mas também sensibilidade humana, coerência ética e compromisso com a transformação social.

Um dos grandes méritos da obra está em desfazer concepções equivocadas que ainda associam liderança à centralização de decisões ou ao controle rígido das atividades escolares. Lück propõe uma ruptura com modelos autoritários de gestão, baseados na figura do líder como “chefe”, e apresenta uma concepção democrática, participativa e distributiva de liderança, segundo a qual o papel do gestor é o de facilitar processos, valorizar a escuta, promover a cooperação e construir consensos possíveis. A liderança, nesse modelo, está mais ligada à escuta do que à imposição, mais à mediação do que à direção unilateral, mais à construção de vínculos do que à aplicação de regras.

A autora também reconhece que a liderança escolar não é uma prática espontânea nem uma habilidade inata. Ela se desenvolve por meio da formação, da experiência, da reflexão crítica e do exercício cotidiano. O bom líder escolar é aquele que aprende com a prática, que é capaz de se posicionar, mas também de revisar suas posições; que toma decisões, mas que o faz com base em diálogo e participação; que compreende os desafios da escola pública, mas que não se paralisa diante deles. Lück defende que o desenvolvimento da liderança deve ser um objetivo permanente da formação de gestores, pois é a partir dessa competência que a escola se organiza, se fortalece e se reinventa.

Outro ponto central da obra é a articulação entre liderança e ética. Para a autora, não existe liderança legítima sem compromisso com valores como respeito, justiça, responsabilidade e solidariedade. A liderança ética é aquela que se recusa a instrumentalizar os sujeitos, que reconhece o outro como parceiro no processo educativo e que constrói autoridade por meio do exemplo, da coerência e da integridade. Em contextos marcados por desigualdades, autoritarismo e exclusão, o exercício ético da liderança escolar é, ao mesmo tempo, uma forma de resistência e uma estratégia de afirmação do caráter público, democrático e inclusivo da educação.

Lück também destaca que a liderança se realiza na capacidade de construir uma visão de futuro para a escola — uma visão que seja compartilhada, viável e mobilizadora. O líder não apenas administra o presente, mas projeta, junto com a comunidade escolar, os caminhos possíveis para alcançar melhores condições de aprendizagem, de convivência e de realização institucional. Para isso, é necessário cultivar a esperança, sem perder o

realismo; fomentar a inovação, sem desprezar a história; investir nas pessoas, sem perder de vista o coletivo. A liderança eficaz é aquela que articula sonhos e ações, princípios e práticas, metas e processos.

Portanto, a liderança escolar, na perspectiva desenvolvida por Heloísa Lück, é uma prática profundamente comprometida com a formação humana e com a construção de um ambiente institucional capaz de garantir o direito à educação de qualidade para todos. Ela vai muito além da organização de rotinas ou do cumprimento de normas: é uma ação intencional, sensível e estratégica, voltada à criação de uma cultura escolar colaborativa, autônoma e centrada na aprendizagem. O líder escolar é, nesse sentido, um educador que atua com consciência de seu papel histórico e que compreende que liderar é, antes de tudo, cuidar — do projeto, das pessoas e da escola como um todo.

► Exercício da Liderança no Cotidiano Escolar e sua Relevância para a Gestão

A compreensão da liderança escolar como prática pedagógica, ética e transformadora ganha corpo, segundo Heloísa Lück, na ação cotidiana dos gestores educacionais. Liderar, mais do que um título, é uma prática que se exerce diariamente nas pequenas e grandes decisões que organizam a vida escolar, nos modos de conduzir reuniões, de mediar conflitos, de escutar professores, estudantes e famílias, e, sobretudo, na forma como se promove a construção de um projeto pedagógico coletivo e significativo. A liderança se materializa não apenas nas decisões tomadas, mas também nos processos que conduzem a essas decisões, nos critérios que as sustentam e nos vínculos humanos que são fortalecidos ao longo do caminho.

Lück destaca que o exercício da liderança no cotidiano exige a capacidade de articular pessoas, ideias, valores e metas em uma direção comum, sem apagar as singularidades de cada sujeito envolvido. O líder escolar atua como mediador entre as diferentes expectativas da comunidade, entre os desafios impostos pelas políticas educacionais e a realidade concreta da escola, entre os princípios que norteiam o projeto pedagógico e as condições materiais disponíveis para sua implementação. Essa articulação não é meramente técnica: ela exige sensibilidade, capacidade de negociação, firmeza ética e clareza política. O gestor líder é, assim, um agente de integração, capaz de cultivar a coesão institucional sem recorrer à imposição, mas por meio da confiança e da corresponsabilidade.

Nesse processo, a liderança distribui-se. Uma das grandes contribuições da obra é o reconhecimento de que a liderança escolar não deve ser concentrada em uma única figura — seja o diretor, o coordenador pedagógico ou o supervisor —, mas deve ser compartilhada entre os diversos atores da escola. Essa concepção de liderança distributiva pressupõe a existência de uma cultura institucional que valorize o diálogo, que promova a escuta ativa e que incentive a participação. Quando o poder de decisão é distribuído, fortalece-se a autonomia dos professores, aumenta-se o compromisso com o projeto coletivo e amplia-se a capacidade da escola de responder aos desafios com criatividade, agilidade e legitimidade.

A criação dessa cultura colaborativa exige do gestor a disposição de cultivar espaços permanentes de diálogo pedagógico. As reuniões pedagógicas, os conselhos escolares, os HTPCs (horários de trabalho pedagógico coletivo) e outros momentos de